CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0172/79

INTERESSADO: ADHEMAR DE BARROS NETO

ASSUNTO: Requer expedição do Certificado de Conclusão do Ensino de 1º Grau

RELATOR: Conselheiro João Baptista Salles da Silva

PARECER CEE Nº 191 / 79 - CPG - APROVADO EM 09/02/79

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

1.1 - Adhemar de Barros Filho, progenitor de Adhemar de Barros Neto, em requerimento dirigido à Presidência deste Colegiado, pede autorização no sentido de que o Colégio "Visconde de Porto Seguro", desta Capital, conceda ao menor o Certificado de Conclusão do Ensino de 1º Grau, para que possa prosseguir seus estudos em outro estabelecimento.

1.2 - Justifica sua solicitação juntando documentos que comprovam que Adhemar de Barros Neto, ao cursar a 8ª série em 1978, teve sua aprovação dependendo de processo de recuperação em Língua Portuguesa, Alemão, História e Ciências, disciplinas nas quais obteve resultados satisfatórios, exceto em Alemão em que ficou retido.

1.3 - Alega, como fundamento para o que pretende, que seu filho foi aprovado em Inglês e que o Egrégio Conselho Federal de Educação, pelas Resoluções nºs 8/71 e 58/76 "...dispôs que, no Núcleo Comum, além da disciplina Língua Portuguesa, deva constar, Língua Estrangeira Moderna, com obrigatoriedade para o ensino de 2º grau e recomendação nos Currículos de 1º Grau".

1.4 - O processo acha-se instruído com a "ficha anual do aluno" que demonstra sua aprovação em todas as disciplinas, áreas de estudo e atividades do currículo pleno da 8ª série, adotado - pelo Colégio "Visconde de Porto Seguro", exceto em alemão, idioma no qual obteve conceito D após processo de recuperação.

2. APRECIÇÃO

2.1 - Analisando-se a documentação escolar do aluno verifica-se que na 8ª série obteve aprovação em Inglês e que evidenciou nítida deficiência na aprendizagem do idioma Alemão pois nas avaliações parciais fevereiro/abril, maio/junho, agosto / setembro, outubro/dezembro, obteve sempre o conceito D. Esse resultado insatisfatório denota que o interessado teve dificuldade em aprender a Língua Alemã.

2.2 - A Resolução CFE nº 8/71, ao fixar o "Núcleo Comum", dispôs na alínea "a", § 1º artigo 1º "a) em Comunicação e Expressão - Língua Portuguesa e Língua Estrangeira". Referida Resolução foi alterada pela Resolução CFE nº 58/76 cujo artigo 1º reza: "O estudo de Língua Estrangeira Moderna passa a fazer parte do núcleo comum, com obrigatoriedade para o ensino de 2º Grau, recomendando-se a sua inclusão nos currículos de 1º grau onde as condições o indiquem e permitam".

2.3 - Como Adhemar de Barros Neto foi aprovado em Inglês, cumpriu-se o disposto no artigo 19 da Resolução CFE nº 58/76 quanto à aprendizagem de um Idioma Estrangeiro. Além disso, pretende continuar os estudos em outra escola, em cuja oitava série não se estuda alemão.

2.4 - Considerando que o atendimento da solicitação do progenitor do menor se alicerça em normas expedidas pelo Egrégio - Conselho Federal de Educação e que este mesmo Conselho, em Pareceres aprovados pelo Pleno (Pareceres CEE nºs 1485/74 e 1096/78) tem se manifestado favoravelmente em casos similares,

2.5 - Considerando-se que se o aluno se transferisse para a 8ª série da escola em que não figurasse alemão no currículo, não haveria o que repetir nessa série, significando, pois, que teria direito ao Certificado de Conclusão do 1º Grau, seria - formalismo indefensável deixar de acolher a presente solicitação à qual a escola de oricrem dá expressa anuência; concluimos:

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, atendendo à solicitação do interessado e a anuência da Escola, voto no sentido de que o Colégio "Visconde de Porto Seguro", desta Capital, seja autorizado a expedir o Certificado de Conclusão do Ensino de 1º Grau a Adhemar de Barros Neto, afim de que possa prosseguir seus estudos em outro estabelecimento.

São Paulo, 02 de fevereiro de 1979

a) Cons. João Baptista Salles da Silva
Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Geraldo Rapacci Scabello, Gerson Munhoz dos Santos, João Baptista Salles da Silva, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Therezinha Fram.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 07 de fevereiro de 1979.

a) Cons. Geraldo Rapacci Scabello
Vice-Presidente em exercício da Presidência,
nos termos do § 3º do artigo 13 do Decreto
52.811, de 06/10/71.

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos - do voto do Relator.

Foram votos vencidos os Conselheiros: José Augusto Dias e Alpínolo Lopes Casali, que apresentou Declaração de Voto.

Sala "Carlos Pasquale", em 09 de fevereiro de 1979.

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente

DECLARAÇÃO DE VOTO

Cons. Alpínolo Lopes Casali

1. A organização e funcionamento das escolas de 1º e 2º graus estão sujeitos a normas legais e regimentais. O regimento das escolas deve atender, além de dispositivos legais, a normas expedidas pelo Conselho Estadual de Educação. Sujeitam-se, além do mais, a aprovação pela Secretaria da Educação.

2. No círculo da legislação de ensino, o diretor da escola dispõe da autonomia.

3. No caso, o requerente não é a escola e, sim, um aluno.

Entendemos, data venia, não possa o Conselho conhecer e deferir o pedido, sob pena de afrontar a autonomia da escola.

4. Posteriormente, foi exibido documento da escola em que declara não se opor a expedição de certificado de conclusão do 1º grau.

5. Rejeita-se, por violar o seu regimento, a manifestação da escola. Em lugar de certificado de conclusão, seja expedida guia de transferência. A escola de destino, se lhe permitir o regimento, e o plano curricular, o matricule na série subsequente.

É fato notório, no sistema estadual de ensino, que, na escola de destino, o aluno, reprovado na de procedência, em uma disciplina, será considerado aprovado, quando essa disciplina não figure no seu currículo.

Se, porventura, tiver dúvida em matricular o aluno na série subsequente (no caso, a 1ª do 2º grau), a escola de destino deverá propor a matéria ao Conselho.

São Paulo, 9 de fevereiro de 1979.

a) Cons. ALPÍNOLO LOPES CASALI